

Desenvolvimento capitalista no Brasil e estrutura agrária

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. Desenvolvimento capitalista no Brasil e estrutura agrária. In: *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, pp. 13-20. ISBN 978-85-99662-74-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E ESTRUTURA AGRÁRIA

Já durante a etapa primário-exportadora da economia brasileira, até 1930, ocorreu considerável diferenciação da estrutura agrária. Os ciclos econômicos do período colonial (açúcar e ouro) deixaram, com a regressão econômica sobrevinda, áreas extensas de subsistência bastante autárquicas, ao lado de áreas de exportação decadentes. Durante o século XIX, o país independente e de economia escravista inseriu-se com vigor, com o café, no mercado mundial capitalista. Foi, então, a forte expansão deste produto no Planalto Paulista que nos últimos decênios introduziu elementos novos no panorama agrário do país. Nessa região, após a abolição, a introdução do colono imigrante nas áreas novas de café representou passo importante na direção do capitalismo agrário, ao passo que alhures, notadamente nas áreas velhas do café (em zonas fluminenses e mineiras) e no Nordeste, o escravo foi substituído por trabalhadores semisservis, submetidos a laços de estreita dependência e subordinação²⁰. O condicionamento desta diferenciação, que não cabe analisar neste trabalho, resultou certamente do próprio ímpeto que assumiu a acumulação agrária no Planalto. Além disso, o movimento contínuo das culturas no espaço (o roteiro do café para Oeste) foi um fator a mais na diversificação da estrutura agrária, pois com seus rendimentos monetários e a disponibilidade de terras (abandonadas pelo café), o imigrante pôde ter acesso à terra²¹. Outro aspecto da situação agrária do Brasil, a partir do final do século, foi a evolução no sentido mercantil das zonas das antigas colônias de imigrantes no Sul: passaram então a constituir um primeiro setor rural de mercado interno, fornecendo cereais e outras

²⁰ Assinale-se, por exemplo, o grau de monetização de relações no colonato. Os colonos, além de salários em dinheiro, eram freqüentemente donos exclusivos das culturas intercalares e mesmo do café colhido no período de formação das plantações. Além disso, cedo ocorreu a substituição do armazém da fazenda pelas “vendas” independentes das zonas rurais. Confronte-se tal situação com a do morador da zona açucareira nordestina, submetido à condição, ao ‘cambão’ e dependente dos vales descontados no barracão, todos traços da região que chegam até o presente. Ver Thomas H. Holloway. Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações da Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915, *Estudos Econômicos* 2 (6): 145-180, 1972, e M. C. Andrade, *op. cit.*

²¹ Holloway anota que em 1905 por exemplo contavam-se no Estado de São Paulo, 8.412 propriedades rurais de estrangeiros. *Op. cit.*, p. 176.

mercadorias para o mercado em expansão da zona cafeeira²². Em termos da tipologia proposta, constituíram-se assim, desde aquela época, ao lado do latifúndio e da economia camponesa (muito mais fechados que no presente) propriedades agrárias mais capitalistas e pequenos produtores mercantis.

Após 1930, nos anos 30 e 40 mudou o centro de gravidade da acumulação do capital, da empresa agrária para a industrial. Nesta transformação o Estado, com novo conteúdo social, assumiu papel saliente, destruindo as condições favoráveis ao setor agroexportador e criando outras tantas (legislação trabalhista restrita ao setor urbano, novos mecanismos cambiais etc.) que conduziam à industrialização. Deste processo, cumpre salientar dois aspectos importantes para o nosso tema: a) que associou assim, com vínculos estruturais, à acumulação industrial o desenvolvimento extensivo, pouco capitalizado, dos outros setores econômicos, inclusive a agricultura de abastecimento urbano e os serviços²³ e b) que, com a acumulação do capital concentrando-se espacialmente no Centro-Sul, resultou, principalmente nos anos 40 e 50 quando se formou um mercado nacional interligado, num processo de deterioração econômica, tanto agrária como urbana, das regiões periféricas (Nordeste, Extremo-Sul)²⁴. Estes

²² Ver P. Singer. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. *Op. cit.*, capítulo sobre “Blumenau”.

²³ Esta colocação louva-se no trabalho de F. Oliveira, A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. *Estudos CEBRAP/2*: 3-82, out. 1972, quanto aos vínculos estruturais entre a indústria moderna e a agricultura primitiva, consistem basicamente, de um lado, na depressão do custo de reprodução do trabalho urbano possibilitada pelos alimentos baratos fornecidos por uma agricultura primitiva (a preços dependentes, em última instância, do baixo custo de reprodução da “mão de obra” rural, seja esta constituída pelos camponeses, seja pelos moradores do latifúndio) e, do outro lado, nas condições propiciadas pelo sistema sociopolítico, dominado pelos setores industriais, para a agricultura continuar “primitiva” (sendo a principal a não extensão da legislação trabalhista ao campo; ou de um modo geral, não interferência ou mesmo reforço do poder local dos proprietários de terra). Esta colocação torna claro (a) tratar-se de vínculos estruturais que por sua natureza são também políticos, dando-se no âmbito das alianças de classe, e (b) constituírem relações que, por serem estruturais, não deixam de ser mutáveis. A extensão da legislação ao campo, nos últimos dez anos, como muitas outras mudanças que debilitam o poder dos setores latifundiários face aos trabalhadores rurais, indicam que esses setores estão sendo relegados a posição secundária, prenunciando alterações substanciais na estrutura agrária. A mudança mais clara, mesmo na Zona da Mata nordestina, em direção à proletarianização rural, é uma das mais importantes.

²⁴ Ver J. R. B. Lopes. *Desenvolvimento e Mudança Social*. Companhia Editora Nacional, 1968, capítulos II e III.

processos redundaram em evoluções e regressões de diferentes partes do setor agrário que aqui podemos apenas esboçar.

A agricultura paulista, após 1930, passou a ser palco de intensas transformações. Continuou a sua marcha para Oeste, mas nessa etapa já em moldes bem distintos. Juntou-se ao movimento das fazendas, o dos pequenos sítios; juntaram-se à cultura do café, a de algodão e a pecuária. Com a crise do café, os fazendeiros às vezes transformavam as suas terras em pastagens, às vezes, ao mesmo tempo que conservavam a parte apropriada para a cafeeira (o espigão), cediam as várzeas para os sítios de algodão e policultura, constituindo-se assim uma crescente camada de pequenos proprietários e parceiros autônomos, caracterizada – e é isso que cabe sublinhar – por claro sentido mercantil. À raiz dessas mudanças, além da reação à crise, dada a natureza da estrutura agrária anterior (que já se inclinava, como vimos, para formas capitalistas), estava o próprio dinamismo do mercado paulista, sustentado pela intensa acumulação do capital industrial. Importantes componentes da situação foram a relativa escassez de trabalhadores rurais e as forças tendentes à elevação salarial com que se deu a expansão agrícola. Cada vez mais acentuou-se a concorrência, a este respeito, entre o trabalho nas fazendas, o emprego urbano-industrial em expansão (componente que mostra o seu peso pela acentuada queda relativa da população rural do Estado), e a constituição de crescente camada de sítiantes, nas frentes pioneiras. Este movimento de expansão agrícola, associando a fazenda e o sítio, ocupou rapidamente o Estado, para estender-se a seguir ao Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso, Goiás e ao Triângulo Mineiro. Nos anos 50, atrás do café na sua marcha para Oeste, constituíram-se fazendas e sítios dedicados à agricultura comercial de abastecimento da região São Paulo-Rio²⁵. Um estudo

²⁵ Processo que, aliás, tendeu a alijar deste mercado, o principal do país, as zonas comerciais do Sul (antigas zonas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina), que passaram a sofrer, muitas vezes, acentuados processos de regressão econômica. Ver P. Singer. A Agricultura na Bacia Paraná-Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 3 (2): 31-164, 1963. Contribuição importante para o estudo da expansão dinâmica da agricultura comercial paulista no século XX e o aparecimento no Estado da pequena e média propriedade é o estudo de Pierre Monbeig. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris, Librairie Armand Colin, 1952. Em momento mais recente estes processos abriram passagem, com a existência já desta camada pequeno-produtora de mercadorias, ao aparecimento robusto da agricultura

quantitativo minucioso de Nicholls, sobre as relações em São Paulo entre as mudanças na agricultura e a evolução urbano-industrial nos anos 40, mostrou estarem, em 1939/40, as zonas próximas de São Paulo bem mais comercializadas que as outras do Estado, mas também que, nestas últimas zonas, entre 40 e 50, era mais intensa a expansão da atividade agropecuária comercial, com a conseqüente diminuição da vantagem relativa das zonas adiantadas de São Paulo²⁶.

Enquanto a economia rural paulista evoluiu no sentido mercantil e mesmo capitalista, no Nordeste caiu o ritmo de crescimento dos principais produtos comerciais da região, o açúcar e o algodão, com a substituição do mercado externo pelo interno (Centro-Sul), no qual passaram a sofrer a concorrência dos mesmos produtos dessa última região²⁷. Mesmo na Zona da Mata, as formas não capitalistas de força de trabalho, apenas lentamente, foram deslocadas do latifúndio. Ademais, a formação de um mercado de trabalho rural, com base no proletário, retardou-se. Nisso tiveram um papel, não só as condições de regulamentação estatal do setor, como a presença na região do campesinato do Agreste. Assinalem-se os avanços e recuos no processo de constituição do proletariado rural, pela expulsão dos moradores, a revolução tecnológica indecisa da agroindústria do açúcar (com a substituição do engenho pela usina) e a extensão do cultivo da cana, tirando terras das roças dos camponeses, extensão também hesitante, dada a posição de produtor marginal ocupada pela região. A estas condições somou-se a utilização na agricultura da cana da migração sazonal dos *corumbas* agrestinos, como outro fator retardador da constituição na região do proletariado rural puro. Este veio a constituir-se na Zona da Mata, com mais vigor, somente na década dos 60²⁸.

altamente especializada e intensiva do cinturão verde hortigranjeiro de São Paulo e. menos nitidamente, nos arredores do Rio de Janeiro.

²⁶ W. H. Nicholls. *Industrial-Urban Development and Agriculture in São Paulo, Brazil, 1940-1950*. Tenn. Nashville, edição mimeografada da Vanderbilt University, 1962, p. 219-246.

²⁷ O regime de quotas do Instituto do Açúcar e do Alcool, no caso do açúcar, protegeu a agroindústria nordestina, ao mesmo tempo que lhe entrou o crescimento. P. Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, op. cit. capítulo sobre "Recife". Este constitui mais um exemplo das condições institucionais-políticas durante o desenvolvimento industrial, indicativas das alianças de classe aludidas atrás (ver nota 24).

²⁸ Ver M. C. de Andrade, op. cit. O *corumba* é um camponês-proletário, cujo custo de reprodução para a empresa agrária é consideravelmente abaixado justamente pela sua

Por outro lado, em grande parte do sertão quebrou-se nos anos 40 e 50 o isolamento e penetraram os produtos manufaturados nas pequenas cidades e mesmo nas áreas rurais. A conseqüente destruição do artesanato rural acentuou o caráter mais puramente agrário da economia sertaneja e agrestina e tornou-a mais vinculada ao mercado, intensificando particularmente as vendas de excedentes da produção de autoconsumo. Destes excedentes consiste ainda hoje a maior parte do abastecimento urbano da região²⁹. Apesar, entretanto, do intenso crescimento urbano das cidades nordestinas, a sua demanda por alimentos não cresceu tão dinamicamente que não pudesse ser atendida pela própria expansão horizontal do campesinato (pequenos proprietários, posseiros e arrendatários em estabelecimentos rurais com produção comercial decadente). Por outro lado, são a própria extensão das atividades de subsistência e o seu caráter (o fato de não crescerem por solicitação do mercado, mas tão-somente na medida em que aumentam a população camponesa e as suas terras), os principais fatores a inibir o aparecimento, na região, de agricultura comercial de abastecimento urbano. A análise de Francisco Sá Jr. a este respeito é esclarecedora. A expansão da economia camponesa tem se dado principalmente sob a forma de minúsculos arrendamentos em latifúndios decadentes, transformando-se o proprietário da terra em puro usufruidor da renda da terra, a cujo papel ajunta-se o de comerciante oligopsônico das sobras das colheitas dos seus rendeiros. Nessas condições, os preços em ascensão na cidade não se transmitem aos pequenos produtores e com esses preços aviltados, a grande agricultura não pode entrar no setor de alimentos. Para Francisco Oliveira, é a concorrência da agricultura comercial de abastecimento urbano de outras regiões o principal fator inibidor do seu desenvolvimento no Nordeste. Nessa situação, reanimam-se a agricultura camponesa e as atividades de

condição de camponês no Agreste. Foi este um fator básico para permitir ao empreendimento açucareiro no Nordeste suportar a intensa concorrência paulista. Ao mesmo tempo, porém, ele atuou no sentido de retardar o surgimento do puro assalariado rural (sem parcelas de terra para o seu sustento e o de sua família), e assim de impedir a aceleração da dinâmica do capital agrário (extração de mais-valia relativa, elevação da composição orgânica do capital). De qualquer maneira, a maior distância do mercado era uma desvantagem para a agricultura açucareira nordestina.

²⁹ Ver Castro, op. cit. e Sá Jr .. op. cit. Sobre a destruição do artesanato ver J. R. B. Lopes. *Desenvolvimento e Mudança Social*. op. cit., p. 37-47.

subsistência do latifúndio, pois somente tais produções, como produções comerciais residuais, não são atingidas negativamente pelos produtos mais baratos de outras regiões (intervenção de Francisco Oliveira em seminário). De uma maneira ou de outra, articula-se ao desenvolvimento capitalista do país a reprodução do setor agrário atrasado.

Tendências mais recentes merecem menção³⁰, como seja a aceleração nos anos 60 da expansão das frentes pioneiras camponesas para Oeste, ocupando com onda contínua o oeste do Maranhão, o norte de Goiás, e entrando agora pelo Pará. É responsável por tal expansão a abertura de estradas pela ação estatal, dadas as vinculações com o mercado que a economia camponesa necessita. Apenas melhoram os transportes, porém, acentuando-se as relações da área com o mercado, e o campesinato é deslocado para frente pela constituição das grandes propriedades, estimulada ademais pela política de incentivos fiscais da SUDAM e SUDENE (caso, por exemplo, das novas propriedades que surgem no sul do Pará, para exploração madeireira e da pecuária).

Finalmente é de acentuar-se, novamente, o aparecimento, também nos últimos anos, da empresa agropecuária capitalista, com proletariado rural puro, em áreas de São Paulo. Com a expulsão generalizada de colonos das fazendas, surgiram reservas de mão de obra rural, em periferias urbanas (os volantes). Na raiz do processo, parece-nos, está o encarecimento, pelo menos em termos relativos aos outros fatores, da mão de obra. Migrações rural-urbanas intensas,³¹ a mobilização rural, a atuação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e mais recentemente a extensão ao campo da legislação trabalhista *tout court*, bem como uma política estatal de subsídios

³⁰ A acentuação da expansão da fronteira e a extensão da legislação social e trabalhista ao campo, regulamentando o fator trabalho, dependem ambas de políticas estatais e relacionam-se, portanto, com o novo modelo econômico e político inaugurado no país na última década. Este modelo fundamenta-se em novas bases socioeconômicas, e resulta em nova aliança de setores da classe dominante, segundo a qual ganharam poder as empresas internacionais, grupos militares e tecnocráticos e perderam-no, outros, entre os quais, é o que nos interessa acentuar, os setores agrários tradicionais. Ver a respeito a análise de Fernando Henrique Cardoso. *O Novo Modelo Político Brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, principalmente o artigo que leva o título do livro.

³¹ Na década dos anos 50, a população rural do Centro-Sul, particularmente a de São Paulo, diminuiu em termos absolutos de quase um quarto. Ver J. R. B. Lopes e N. L. Patarra. *Distribuição Regional e Rural-Urbana da População Brasileira. Cadernos CEBRAP/20*, 1974.

à mecanização e a outros *inputs* industriais no setor agrário, são os fatores, de atuação regionalmente diferenciada, relacionados com este encarecimento, ao qual o empresário agrário na área paulista respondeu pela expulsão da sua mão de obra permanente e pela mecanização. A ação daqueles fatores foi, em grande parte do território nacional, neutralizada pela reprodução extensiva da camada camponesa, propiciada pela ampla oferta de terras. Nessa ordem de raciocínio, foi a presença próxima, como já acentuamos, do campesinato agrestino que amorteceu os efeitos da expulsão dos moradores da Zona da Mata nordestina, tornando aí muito mais ambíguo o processo de constituição do proletariado rural. No Sul, mormente em São Paulo, mecanismos como os apontados por Sá para o Nordeste não operaram, em primeiro lugar, pela inexistência mesmo da camada camponesa e, em segundo lugar, pela própria intensidade da procura urbana de produtos agrários que, ademais, assumiu a forma de demanda de novos produtos não pertencentes à cesta de autoconsumo rural e que não pôde assim ser atendida pelas suas sobras.

Dentro do quadro geral delineado, passamos ao exame da estrutura e dinâmica agrárias recentes de regiões e áreas específicas, focalizando para isso Estados e microrregiões. A escolha desses Estados e áreas resultou das informações obtidas do Mapa e quadro constantes de Anexo, os quais possibilitaram tomar Estados mais puros, quanto a inserção de suas populações rurais na divisão social do trabalho, para análise de sua estrutura agrária. No momento em que se fazia este estudo, os dados estatísticos disponíveis para um período recente eram os do Censo agropecuário de 1970 e os do Cadastro do INCRA³² de 1972, os quais existiam então somente a nível dos Estados (com a exceção de Goiás, Rio Grande do Norte e Espírito Santo para os quais já se dispunha de dados municipais). Além disso, mesmo em censos anteriores, os cruzamentos melhores para análises agrárias existem apenas agregados por Estado. Daí concluirmos ser mais útil a análise de Estados que, pelas informações obtidas a nível de microrregião, parecem representar situações homogêneas ou, ao menos, áreas facilmente divisíveis em duas ou três partes relativamente homogêneas. Escolhemos como aproximações do primeiro caso Piauí e São Paulo e do segundo,

³² Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Foram publicados até agora dados de dois Censos, o de 1965 e o de 1972.

Goiás e Pernambuco. Iniciaremos a nossa análise por estes Estados e, em cada um deles, escolheremos pequenas áreas (municípios ou microrregiões). Ao nível do Estado, usaremos dados dos Censos e dos Cadastros, e para as pequenas áreas, além destas estatísticas, dados retirados de monografias. Dessa maneira pensamos caracterizar, de modo preliminar, estruturas agrárias contrastantes no Brasil de hoje, constituindo situações importantes para a problemática que nos interessa explorar, qual seja a das inter-relações entre o setor agrário e o desenvolvimento.